

Queiroz Galvão S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Queiroz Galvão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Queiroz Galvão S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Queiroz Galvão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 453.839 mil e prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.207.646 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrentes de dificuldades encontradas nas suas operações. Esses fatores indicam e podem levar a existência de incerteza relevante, que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

a) Procedimentos Sancionatórios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 (a) às demonstrações contábeis, a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) tem sido alvo de investigações, processos administrativos e judiciais, especialmente no âmbito da operação denominada “Lava Jato”, conforme noticiado. No contexto dessa operação, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, porém, até o momento, não houve qualquer decisão em tais processos que afetem a Companhia e as suas controladas e/ou seus representantes legais em sua capacidade de dar prosseguimento normal às atividades da Companhia.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e a controlada serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, exceto àquelas classificadas como riscos prováveis, devidamente contingenciadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b) Tribunal de Contas da União - TCU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 (b) o TCU, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG), “para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal.” A CQG havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Assim, a controlada impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido proferida liminar, em 8 de agosto de 2019, para suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF. Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas. Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à CQG a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima (“RNEST”) no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da CQG pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a CQG apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento. Considerando a pendência de julgamento de recurso, a sanção não opera qualquer efeito para a CQG.

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da CQG para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos. Esse processo se vincula a licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a CQG apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido. Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU. Contra essa decisão, a CQG interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo. Em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela CQG, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa. A partir disso, a CQG ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas. Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade. O mérito do Mandado de Segurança ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a CQG apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e a controlada serão afetadas pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos.

c) Controladoria Geral da União – CGU

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 (c) a controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. foi parte requerida perante a CGU no Processo nº 00190.025830/2014-63 (“PAR”), onde sobreveio declaração de inidoneidade da CQG. Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar “suposto cometimento de ilicitudes concernentes ao pagamento de propina” presumidamente realizados pela CQG “a funcionários/dirigentes da PETROBRAS, bem como do conluio entre empresas do mesmo ramo de atuação no contexto das licitações e contratos celebrados”, supostamente ocorridas em período anterior a 2014.

A CQG apresentou sua defesa em 25/04/2018, porém a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da CQG e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da CQG para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a CQG interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada. Por fim, em maio de 2020 a CQG ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e a controlada serão afetadas pelos resultados dos referidos processos e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

d) Apresentação de demonstrações contábeis consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.(a) a Companhia não está apresentando nesse relatório demonstrações contábeis consolidadas. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Queiroz Galvão S.A., as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nestas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ 076774-O – 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP 025.583/O-1

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Passivo	Nota	Controladora	
		31.12.2021	31.12.2020			31.12.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	72	58	Fornecedor		138	656
Imposto a compensar	5	6.533	15.924	Debêntures e financiamentos	10	463.913	26.656
Outras contas a receber	6	9.177	8.908	Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	11	5.450	6.669
		<u>15.783</u>	<u>24.890</u>	Outras contas a pagar		<u>121</u>	<u>504</u>
						<u>469.622</u>	<u>34.485</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	7	34.078	129.789	Debêntures e financiamentos	10	2.463.719	2.343.208
Investimentos				Provisão para para perda em investimento	8.b	<u>1.119.246</u>	<u>864.388</u>
Controladas e coligadas	8.a	4.480.867	3.465.205			<u>3.582.965</u>	<u>3.207.596</u>
Outros investimentos		207	207	Patrimônio líquido	12		
Imobilizado	9	520	342	Capital social		1.235.000	1.235.000
		<u>4.515.672</u>	<u>3.595.543</u>	Ações em tesouraria		(140.830)	(140.830)
				Prejuízo acumulado		(1.206.879)	(1.268.356)
				Resultado abrangente		<u>591.576</u>	<u>552.538</u>
						<u>478.867</u>	<u>378.352</u>
Total do Ativo		<u><u>4.531.454</u></u>	<u><u>3.620.433</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>4.531.454</u></u>	<u><u>3.620.432</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	Controladora	
		31.12.2021	31.12.2020
Receitas (despesas) operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	8.a	271.150	(627.850)
Despesas administrativas	13	(82.664)	(72.959)
Depreciações		(84)	(10)
Despesas tributárias		(484)	(234)
Outros resultados operacionais	14	25.791	39.217
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>213.709</u>	<u>(661.836)</u>
Receitas financeiras	15	215	300
Despesas financeiras	15	<u>(152.447)</u>	<u>(16.004)</u>
Resultado financeiro		<u>(152.232)</u>	<u>(15.704)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>61.478</u>	<u>(677.540)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	12.d	<u>0,00006</u>	<u>(0,0006)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Resultado do exercício	61.478	(677.540)
Outros Resultados Abrangentes:		
Plano de opção - investida	-	2.336
Ajuste de avaliação patrimonial investidas	(25.859)	21.676
Ajuste de conversão de investimento no exterior	64.897	249.337
Resultado abrangente do exercício	<u>100.516</u>	<u>(404.192)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Resultado abrangente	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.235.000	(140.830)	279.189	(590.816)	782.543
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	-	-	21.676	-	21.676
Prejuízo do exercício	-	-	-	(677.540)	(677.540)
Plano de opção de ações - investidas	-	-	2.336	-	2.336
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	249.337	-	249.337
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.235.000	(140.830)	552.538	(1.268.356)	378.352
Ajuste Avaliação Patrimonial - Investidas	-	-	(25.859)	-	(25.859)
Lucro do exercício	-	-	-	61.478	61.478
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	64.897	-	64.897
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.235.000</u>	<u>(140.830)</u>	<u>591.576</u>	<u>(1.206.879)</u>	<u>478.867</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	61.478	(677.540)
Ajustes por:		
Depreciação	84	10
Resultado de Equivalência Patrimonial	(271.150)	627.851
Variação cambial ativa	(248)	-
Encargos financeiros - empréstimos	149.296	-
Resultado ajustado	(60.540)	(49.679)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Diminuição em impostos a compensar	9.638	7.859
Diminuição (aumento) em outras contas a receber	(269)	(2.020)
Aumento (diminuição) em partes relacionadas	95.712	(134.174)
Aumento (diminuição) em fornecedores	(518)	545
Aumento (diminuição) em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar	(1.220)	2.922
Aumento (diminuição) em outras contas a pagar	(383)	-
Caixa proveniente das / (aplicado nas) operações	42.421	(174.547)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(262)	(334)
Operações com controladas	62.780	204.326
Recursos líquidos (utilizados nas) / gerados das atividades de investimento	62.518	203.992
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamentos de empréstimo / financiamento	(104.925)	(30.488)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(104.925)	(30.488)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	15	(1.044)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58	1.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	72	58
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	15	(1.044)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

1.1 – Objeto social

A Queiroz Galvão S.A. (QGSA ou Companhia) é uma holding de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 1998, como parte do amplo processo de reestruturação societária do Grupo Queiroz Galvão, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de negócios. Neste contexto a Companhia tem como atividade preponderante a participação como acionistas ou cotistas de outras empresas e o assessoramento e a administração de empresas.

Em AGE realizada em 31 de agosto de 1998, os acionistas aprovaram a incorporação ao patrimônio líquido de ações de propriedade dos subscritores em outras sociedades do mesmo Grupo Queiroz Galvão através de procedimento previsto na legislação brasileira denominada conversão de empresas existentes em subsidiárias integrais da sociedade por ações Queiroz Galvão S.A.; mediante incorporação de todas as ações daquelas ao patrimônio líquido desta.

1.1 Operações da Companhia

As subsidiárias diretas da Queiroz Galvão S.A., e suas respectivas áreas de negócios são:

Construtora Queiroz Galvão S.A.- CQG

A Construtora Queiroz Galvão S.A.(CQG), desenvolve regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos, construções portuárias, edifícios, estradas e serviços de montagem industrial.

Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. - QGDN

A Sociedade participa no capital de outras empresas objetivando desenvolver negócios nas áreas de concessões públicas de transportes (rodoviário e metroviário), energia, produtos agrícolas, cimentos, alimentos, siderurgia e infraestrutura e saneamento.

BS-3 S.A.

A BS-3 S.A. tem como objetivo social e específico a realização de investimentos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, realização de estudos e projetos de engenharia, e participação em consórcios. Atualmente a Sociedade ainda não exerce atividades operacionais.

VITAL Engenharia Ambiental S.A.

Fomentar a participação do Grupo Queiroz Galvão nas áreas de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos de limpeza urbana, construção de aterros sanitários, e outros afins.

Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. - QGDI

Incrementar na Sociedade as atividades de compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de imóveis destinados à venda.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ENAUTA Participações S.A.

Sociedade de capital aberto com participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados.

Queiroz Galvão Naval S.A.

Participação em sociedades que se dediquem substancialmente engenharia, construção, montagem, serviços de reparo de navios e outros produtos da área naval.

QGSEE Participações Ltda.

Participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social envolva: a) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; b) a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; c) o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral.

Queiroz Galvão Empreendimentos Ltda.

Participação em mercado preponderantemente de empreendimentos imobiliários econômicos, com mais flexibilidade e agilidade.

ORBIS Ambiental S.A.

A Orbis, por seu turno, foca suas atividades na área de controle, operação, manutenção e funcionamento de aterro sanitário, atuando acessoriamente nas demais atividades.

ENGETEC Construções e Montagens S.A.

É uma sociedade de capital fechado, tem como objetivo as seguintes atividades: a) construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privadas, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e c) participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social.

1.2 Efeitos da pandemia do COVID-19

A Administração da Companhia e de suas controladas tem envidado os maiores esforços para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas controladas.

Entendemos que a retomada da atividade econômica, associada ao fim das restrições de movimentação e contato social, trará importante impulso aos setores de infraestrutura e de construção, beneficiados pelos juros mais baixos e retomada dos programas de investimentos públicos e concessões.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios e nos de suas controladas, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação às suas demonstrações contábeis. Entretanto, o efeito financeiro e econômico para o Grupo dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica. A Administração continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Companhia não está apresentando nesse relatório demonstrações contábeis consolidadas. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis e consolidadas da Queiroz Galvão S.A., as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nestas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração em 31 de março de 2022.

b) Continuidade

A Administração vem avaliando a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real.

1. Transações e saldos em moedas estrangeira:

As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Nas demonstrações contábeis, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas não adotaram os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture”	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º. de janeiro de 2021.
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 26/IAS 1)	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A administração da Companhia e de suas controladas não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis em períodos futuros.

3 - Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

e) Intangível

É representado por gastos com aquisição de softwares e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual as controladas esperam geração de benefícios econômicos.

f) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

g) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

h) Resultado básico por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

i) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
a) Caixa e equivalente de Caixa		
Caixa	12	9
Depósitos bancários à vista	59	48
	<u>71</u>	<u>57</u>
b) Títulos e valores mobiliários		
Fundo de investimento – renda fixa (i)	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>72</u>	<u>58</u>

(i) As aplicações financeiras referem-se a instrumentos de renda fixa (operações compromissadas e CDBs), remunerados em média à taxa de 105% em 2021 e 95,0% em 2020 do CDI. Estes investimentos estão em instituições bancárias de primeira linha, através de suas controladas

5 - Impostos a Compensar

a) Detalhamento dos valores de impostos e contribuições a compensar:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
IRRF a compensar (i)	552	-
IRPJ a recuperar	1	390
Crédito processo PIS/COFINS (ii)	5.980	15.534
	<u>6.533</u>	<u>15.924</u>

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) IRRF a compensar – refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de juros sobre o capital próprio recebidos de sua investida Vital Engenharia Ambiental.
- ii) Refere-se a crédito de processo Transitado e Julgado, que discutiu a base de cálculo do PIS e da COFINS da Lei 9.718/98 na Companhia

6 - Outras Contas a Receber

Controladora	Circulante	
	31.12.2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedor	2.228	2.085
Adiantamento funcionário	62	207
Cauções	36	38
Contas a receber	1.826	1.553
Outros adiantamentos	5.025	5.025
	<u>9.177</u>	<u>8.908</u>

7 - Partes Relacionadas

Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

Empresas:	31.12.2021		31.12.2020	
	A pagar	A receber	A pagar	A receber
Construtora Queiroz Galvão	(20.629)	-	(70.032)	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Negócios	-	-	-	35.606
Vital Engenharia Ambiental	-	714	-	714
Engetec Construções e Montagens	(21.331)	-	-	121.412
Queiroz Galvão Empreendimento	-	520	-	520
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	-	26.085	-	26.084
Queiroz Galvão Naval	-	48.719	-	15.485
	<u>(41.960)</u>	<u>76.038</u>	<u>(70.032)</u>	<u>199.821</u>
	31.12.2021		31.12.2020	
A pagar		(41.960)		(70.032)
A receber		<u>76.038</u>		<u>199.821</u>
Total líquido		<u>34.078</u>		<u>129.789</u>

A Controlada CQG no exercício de 2021 realizou reestruturação da sua dívida, efetuando a liquidação de R\$ 441.458 mil com terceiros através de dívida adquirida com a Companhia, no mesmo montante. Para liquidação da dívida da controlada junto a terceiros, a Companhia utilizou todo saldo a receber existente no exercício de 2021 com a controlada, registrada em partes relacionadas, para aumento do seu capital social. Conforme detalhado abaixo:

Saldo a pagar para a controlada CQG	117.380
Saldo a receber da controlada CQG	(441.458)
Saldo utilizado para aumento de capital (nota 8.a)	<u>(324.078)</u>

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da diretoria – QGSA

A Companhia possui Conselho de Administração, sendo a remuneração global anual de R\$ 9.837. A Diretoria foi reeleita em Assembleia Geral Extraordinária de 23/03/2021. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

8 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

a) Movimentação do investimento:

Controladora	% Particip.	Saldo em 31.12.2020	Dividendos	Aumento de Capital	AAP	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Construtora Queiroz Galvão	100%	1.183.028	-	324.078	36.576	62.451	(316.271)	1.289.862
Vital Engenharia Ambiental	30.65%	213.365	(30.650)	.	(2.995)	-	30.742	210.462
Orbis Engenharia Ambiental	30.65%	18.035	-	.	(157)	-	5.373	23.251
Engetec Const. Montagens	100%	191.377	-	120.854	(178)	-	(12.421)	299.633
Enauta Participações	63%	1.735.950	(32.130)	.	6.456	4.175	910.072	2.624.523
Queiroz Galvao Empreendimentos	100%	29.588	-	.	(460)	-	2.248	31.376
Queiroz Galvao Desenvolv. Negócios	100%	93.856	-	68.465	(20.582)	-	(139.982)	1.757
BS 3 S/A		5	-	-	-	-	(2)	3
Total dos investimentos (a)		3.465.205	(62.780)	513.397	18.660	66.626	479.759	4.480.867
Queiroz Galvao Desenvolv. Imobiliário	100%	(814.406)	-	-	(45.203)	-	(168.773)	(1.028.382)
Queiroz Galvao Naval	100%	(42.459)	-	-	-	(1.687)	(35.177)	(79.323)
QGSEE Participações	100%	(7.523)	-	-	685	(43)	(4.659)	(11.540)
Provisão perda investimento (b)		(864.388)	-	-	(44.518)	(1.730)	(208.609)	(1.119.245)
			(62.780)	513.397	(25.858)	64.896	271.150	

Controladora	31.12.2019 original	valor da reapresentação	31.12.2019 reapresentado	Outras variações (i)	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	31.12.2020
Construtora Queiroz Galvão	1.397.755	(161.089)	1.236.666	(207)	109.600	(163.031)	1.183.028
Vital Engenharia Ambiental	184.186	-	184.186	(10.329)	4.163	35.345	213.365
Orbis Engenharia Ambiental	19.576	-	19.576	(4.996)	-	3.455	18.035
Engetec Const. Montagens	208.622	-	208.622	-	1	(17.246)	191.377
Enauta Participações	1.824.184	(11.966)	1.812.218	(186.664)	32.307	78.091	1.735.950
Queiroz Galvao Empreendimentos	55.463	-	55.463	-	(8.830)	(17.045)	29.588
Queiroz Galvao Desenvolvimento de Negócios	244.912	-	244.912	-	(51.783)	(99.273)	93.856
BS 3 S/A	5	-	5	-	-	-	5
Total dos investimentos (a)	3.934.703	(173.055)	3.761.648	(202.196)	85.458	(179.704)	3.465.205
Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliário S.A	(532.284)	(46.691)	(578.975)	-	35.424	(270.855)	(814.406)
Queiroz Galvao Naval	(21.445)	-	(21.445)	-	149.856	(170.870)	(42.459)
QGSEE Participações	(1.377)	-	(1.377)	-	275	(6.421)	(7.523)
Outros investimentos	(367.860)	-	(367.860)	367.860	-	-	-
Provisão perda investimento (b)	(922.966)	(46.691)	(969.657)	367.860	185.555	(448.146)	(864.388)
Investimento líquido	3.011.737	(219.746)	2.791.991	165.664	271.013	(627.850)	2.600.816

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Detalhamento dos valores de outras variações:

	CQG	Vital	Orbis	Enauta	Outros invest.
Dividendos recebidos	-	(10.329)	(4.996)	(189.000)	-
Plano Opção de ações / Ações em tesouraria	-	-	-	2.334	-
Redução Capital Social	(207)	-	-	-	-
Fundo Investimento	-	-	-	-	(367.860)
Total	(207)	(10.329)	(4.996)	(186.666)	(367.860)

9 - Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

Controladora	Taxas	Custo de aquisição			Depreciação Acumulada	Saldo líquido 31.12.2021
		31.12.2020	Aquisição	31.12.2021		
Equipamentos de informática	10%	320	280	602	(98)	504
Outros imobilizados	10%	22	-	22	(5)	16
		<u>342</u>	<u>260</u>	<u>624</u>	<u>(103)</u>	<u>520</u>

Controladora	Taxas	Custo de aquisição			Depreciação Acumulada	Saldo líquido 31.12.2020
		31.12.2019	Aquisição	31.12.2020		
Equipamentos de informática	10%	28	312	340	(20)	320
Outros imobilizados	10%	-	22	22	-	22
		<u>28</u>	<u>334</u>	<u>362</u>	<u>(20)</u>	<u>342</u>

10 - Debêntures e Financiamentos

Em outubro de 2019 o Grupo Queiroz Galvão concretizou a reestruturação de suas dívidas financeiras. No processo de reestruturação a Companhia assumiu dívidas de suas subsidiárias no valor de R\$ 1,7 bilhão, alongando o prazo por 18 anos, considerando um ano de carência de juros e início de amortização no segundo semestre de 2021, da mesma forma do alongamento de suas dívidas.

As modalidades CCB e Debêntures, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo. O prazo final para pagamento será em 2037.

Emissão	Modalidade	Encargos	31.12.2021		31.12.2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú - BBA	C C B	130% CDI	29.466	98.358	1.690	120.980
1ª emissão – 1-2 série	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	35.218	-	31.729
2ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	128.138	-	115.445
3ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	67.332	-	60.662
4ª emissão - série única	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	19.770	-	17.811
6ª emissão – 1ª série	Debêntures	130% CDI	329.547	1.100.044	18.938	1.355.983
6ª emissão – 2ª série	Debêntures	130% CDI	95.957	320.309	5.514	394.834
6ª emissão – 3ª série	Debêntures	130% CDI	8.943	29.853	514	36.799
7ª emissão – série única	Debêntures	110% CDI	-	219.090	-	208.965
8ª emissão – série única	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	247.220	-	-
9ª emissão – série única	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	173.484	-	-
10ª emissão – série única	Debêntures	IPCA + 1% aa	-	24.903	-	-
			<u>*463.913</u>	<u>2.463.718</u>	<u>26.656</u>	<u>2.343.208</u>

*Conforme os contratos de reestruturação das dívidas, no exercício de 2022 está previsto o pagamento de juros e 20% de principal.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 - Obrigações Fiscais, Salários e Encargos Sociais

Controladora	Circulante	
	31.12.2021	31.12.2020
Retenções e Impostos a Recolher	1.633	1.732
Obrigações s/ receitas financeiras	2	1
Salários e encargos sociais	887	1.044
Provisões trabalhistas	2.928	3.892
	3.815	4.936
	5.450	6.669

12 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.020.291.386 (um bilhão e vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e 36.000.000 (trinta e seis milhões) ações preferenciais, ambas sem valor nominal equivalente a R\$ 1.235.000. Em 31 de dezembro de 2021 o valor patrimonial por lote de 1.000 ações era de R\$ e R\$ 437,30 em 2020.

b) Ações em Tesouraria

A Companhia autorizou a recompra de ações ordinárias de sua emissão em 2007, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação.

c) Resultado por ação

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro / Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	61.551	(677.540)
Quantidade de ações	1.056.291.386	1.056.291.386
Lucro/ Prejuízo por ação	0,00006	(0,0006)

13 - Despesas Administrativas

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
a) Despesas Administrativas		
Despesas c/ Pessoal	(58.022)	(58.121)
Despesas c/ Serviços Prestados	(22.384)	(13.246)
Despesas gerais	(2.258)	(1.592)
Total	(82.664)	(72.959)

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 - Outros Resultados Operacionais

Refere-se basicamente ao rateio de despesas de serviços corporativos compartilhados, no montante de R\$ 26.057 (R\$ 36.638 em 2020).

15 - Resultado Financeiro, líquido

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Receitas Financeiras		
Rendimento aplicação financeira	-	20
Variação cambial ativa	248	3
Outras receitas financeiras	3	420
Deduções sobre a receita financeira	(36)	(142)
	<u>215</u>	<u>301</u>
Despesas Financeiras		
Variação cambial passiva	(2)	(1)
Remuneração de debentures	(149.296)	(13.217)
Outras despesas financeiras	(3.149)	(2.786)
	<u>(155.447)</u>	<u>(16.004)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>(152.232)</u>	<u>(15.703)</u>

16 - Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 - Notícias Veiculadas

a) Procedimentos sancionatórios

A controlada Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) foi objeto de notícias veiculadas em diversos meios de comunicação nos últimos anos, especialmente sobre investigações relativas à operação denominada “Lava Jato”. Em razão disto, a CQG instaurou processos de investigações internas e externas, visando identificar eventuais descumprimentos e/ou inobservâncias à legislação aplicável às licitações públicas, as quais, não produziram qualquer resultado que aponte irregularidades deste gênero.

Por consequência das investigações das autoridades, alguns processos administrativos e judiciais foram instaurados, visando apurar eventuais irregularidades. Em sua maioria, os processos ainda estão em curso e a CQG vem exercendo legalmente seu direito de defesa e contribuindo com os esclarecimentos dos fatos. Alguns dos processos merecem o destaque abaixo:

b) TCU

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária de julgamento do processo de acompanhamento de auditoria de conformidade de contratos, realizada em 22.03.2017, relativa ao Processo N. TC 016.991/2015-0 e apensos TC 011.765/2012-7 e TC 017.445/2016-7, tendo como entidade fiscalizada a Eletrobrás Termonuclear S.A., proferiu acórdão, onde decidiu declarar a inidoneidade de 4 (quatro) das 7 (sete) empresas integrantes do consórcio contratado para construção e montagem eletromecânica da Usina Angra 3, dentre elas a Companhia, “para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal.” A controlada CQG havia interposto recurso denominado Pedido de Reexame, o qual, no entanto, fora denegado em 20 de março de 2019, tendo sido rejeitados, ainda, embargos de declaração face a essa decisão.

Assim, a Companhia impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em 11 de junho de 2019, mandado de segurança contra a decisão do TCU, tendo sido o pedido liminar concedido em 8 de agosto de 2019 para manter a suspensão dos efeitos jurídicos da decisão do Tribunal de Contas da União até o julgamento final do mandado de segurança pelo STF. Em 30/03/2021, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgou, de forma definitiva, o Mandado de Segurança interposto contra a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU no caso de Angra 3. Por maioria, o colegiado concedeu a ordem buscada no Mandado de Segurança para anular a condenação da Corte de Contas.

Diante desta decisão, a sanção aplicada no caso de Angra não mais subsiste, garantindo à CQG a manutenção de sua plena capacidade de licitar e contratar com a Administração.

Por sua vez, no dia 30 de maio de 2018, nos autos do processo TC 013.383/2017-5, que guarda relação com a licitação para as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima (“RNEST”) no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A., o TCU declarou a inidoneidade da CQG pelo prazo de 5 (cinco) anos para participar de licitação na Administração Pública Federal, bem como em certames promovidos por estados e municípios cujos objetos sejam custeados mediante recursos federais repassados por força de instrumentos de repasses pactuados. Igualmente ao caso tratado no parágrafo acima, a CQG apresentou Pedido de Reexame ao TCU, recebido por este Tribunal com

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efeito suspensivo e ainda pendente de julgamento. Considerando a pendência de julgamento de recurso, a sanção não opera qualquer efeito para a CQG.

O Tribunal se pronunciou, ainda, nos autos do processo nº 036.694/2018-5 para declarar a inidoneidade da CQG para participar de licitação promovida pela Administração Pública Federal pelo prazo de 3 (três) anos, bem como por entes estaduais ou municipais onde haja repasse de recursos federais através da formalização de instrumentos de repasse com a entidades públicas envolvidas nos certames. Esse processo se vincula a licitações promovidas pela Petrobras para a realização de obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Após a rejeição de Embargos de Declaração pelo TCU em 30 de abril de 2019, a CQG apresentou, em 25 de junho de 2019, o chamado Pedido de Reexame, tendo sido deferido efeito suspensivo ao referido Pedido. Em julho de 2020, o Pedido de Reexame foi julgado desprovido pelo TCU. Contra essa decisão, a CQG interpôs novos Embargos de Declaração, recurso com efeito suspensivo. Em 24/02/2021, o TCU levou a julgamento os Embargos de Declaração apresentados pela CQG, tendo-os desprovido, encerrando o procedimento na seara administrativa.

A partir disso, a CQG ingressou com Mandado de Segurança junto ao STF, requerendo liminar para a suspensão da sanção, diante das diversas ilegalidades perpetradas pela Corte de Contas.

Em 22/03/2021, em decisão monocrática do Min. Roberto Barroso, foi concedida a liminar pleiteada para suspender integralmente a penalidade. O mérito do Mandado de Segurança ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Diante da decisão, a sanção de inidoneidade aplicada pelo TCU para o projeto REPAR não opera qualquer efeito, estando a CQG apta a licitar e contratar com qualquer esfera da Administração.

c) CGU

A CQG foi parte requerida perante a Controladoria Geral da União (“CGU”) no Processo nº 00190.025830/2014-63 (“PAR”), onde sobreveio declaração de inidoneidade da CQG.

Tal decisão adveio do Processo Administrativo de Responsabilização que foi instaurado em 02/12/2014 com o propósito de apurar supostas condutas presumidamente ocorridas em período anterior a 2014 no contexto das licitações e contratos celebrados com a Petrobras.

A CQG apresentou sua defesa em 25/04/2018. Porém, a CGU entendeu por bem rejeitar as alegações de defesa da CQG e, em janeiro de 2020, propôs a declaração de inidoneidade da CQG para participar de licitações promovidas pela Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993.

Em face desta decisão, a CQG interpôs recurso administrativo (Pedido de Reconsideração), no qual postulou que a decisão fosse reconsiderada tendo em vista as falhas incorridas pela Comissão na condução do processo, nas conclusões inseridas em seu Relatório Final e apontando a prescrição administrativa. Novamente a CGU rejeitou as alegações da CQG.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2020, a CQG ingressou na Justiça Federal do Distrito Federal com ação judicial contra a decisão da CGU, tendo obtido liminar para suspender os efeitos da decisão da CGU. A citada ação encontra-se em fase de instrução, sem qualquer decisão senão a informada liminar acima.

A decisão da CGU, portanto, não possui eficácia e não gera qualquer impacto nos negócios em curso: execução dos contratos e celebração de aditivos contratuais. Assim, a CQG permanece apta a participar de licitações e contratar com a Administração Pública.

É importante destacar que as atividades da Companhia não são diretamente afetadas pelas decisões supramencionadas, estando a CQG apta e participando regularmente de licitações. Os contratos celebrados e vigentes, inclusive com a Administração Pública, igualmente não sofrem qualquer descontinuidade em sua execução, nem tampouco, é atingida a capacidade de seus representantes legais de darem regular continuidade aos negócios e operações da Companhia.

19- Programa de Compliance

No ano de 2021, o Sumário de Diretrizes de Compliance foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Queiroz Galvão S.A., contemplando inovações importantes para o desenvolvimento contínuo da cultura de integridade e a garantia da efetividade do nosso Programa. Em virtude desta revisão, um ciclo intenso de capacitações e treinamentos envolveu a totalidade dos executivos da QGSA e das empresas do Grupo, sendo posteriormente desdobrado para os demais níveis funcionais.

Em relação à governança do Programa, o Conselho de Administração deliberou no ano passado sobre a composição do Comitê de Ética para um novo mandato de 2 anos. Cabe ressaltar a independência e autonomia do Comitê de Ética e da Diretoria de Compliance por meio de sua vinculação direta ao referido Conselho.

Em relação às empresas do Grupo Queiroz Galvão, cabe destacar que, baseado na evolução e eficácia de seu Programa de Compliance, a Engetec Construções e Montagens S.A., em outubro de 2021, conquistou a recomendação de auditores externos para a manutenção de sua Certificação na ISO 37.001:2016 – Sistema de Gestão Antissuborno.

Do mesmo modo, a Construtora Queiroz Galvão S.A. (“CQG”), em dezembro de 2021, também obteve a recomendação à manutenção de sua certificação na ISO 37.001:2016. Vale lembrar que, em 2017, a CQG foi a primeira empresa de seu segmento a obter este certificado.

Estas conquistas evidenciam a constante evolução das diretrizes de Compliance da QGSA, que vem sendo permeadas nas diversas empresas controladas.

O Grupo dedicou-se, ainda, à melhoria contínua do seu Programa de Compliance, através da capacitação de novos agentes de compliance e da implementação do calendário de treinamentos e do Ciclo de Palestras 2021, com temas de grande relevância ao Programa apresentados por especialistas externos. Do mesmo modo, a QGSA e empresas controladas vem cada vez mais reforçando o compromisso com a ética e a integridade no seu ambiente de negócios por meio da adoção e implantação de projetos em parceria com o Terceiro Setor.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cumprе salientar que a CQG, como uma das fundadoras do MISEC – Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção, vem contribuindo com a disseminação da cultura de integridade em toda a cadeia de valor do segmento, especialmente incentivando seus fornecedores e parceiros de negócio a desenvolver ações voltadas à implantação ou melhoria de seus programas de Compliance, bem como fomentando sua associação junto ao movimento.

Por sua vez, a Vital Engenharia Ambiental S.A. (“Vital”) reforçou sua participação e contribuição junto à Ação Coletiva promovida pelo Pacto Global da ONU e pelo Instituto Ethos junto à cadeia de parceiros de negócios e de fornecedores do seu segmento. No âmbito do IBRIC – Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura, a empresa vem promovendo o contínuo fomento de um ambiente íntegro e aumento da competitividade no setor de infraestrutura.

Vale mencionar, ainda, a constante evolução do Programa de Compliance nos demais negócios do Grupo Queiroz Galvão, fruto do esforço de gestores e agentes de Compliance, conforme se verifica pelo monitoramento efetivo realizado pela Diretoria de Compliance. Nesse contexto, destaque-se a Timbaúba S.A. e a Concessionária Rodovia dos Tamoios, onde foram promovidas inúmeras ações voltadas à disseminação e divulgação do Programa, especialmente sobre o Código de Ética e canal de denúncias, bem como a capacitação dos representantes da área comercial e operacional, análise de riscos, com o estabelecimento de planos de ação e resposta, e a realização de diagnósticos e auditorias com o fim de avaliar o grau de aderência dos processos relacionados ao Programa, dentro do saudável ciclo de melhoria contínua.